

A Superação do Desenvolvimento pelo Dinamismo do Envolvimento Rural

Claudio Eduardo Silva Nadaleta¹

Resumo

As discussões acerca do desenvolvimento, sejam direcionadas ao meio rural, urbano-industrial ou no âmbito dos Estados nacionais, contêm uma função ideológica tacitamente incorporada que visa à dominação dos países hegemônicos centrais e à difusão de seu estilo de vida aos países periféricos. O processo de modernização agrícola, incorporado no Brasil principalmente a partir dos anos 60 do século 20, teve como resultado a parcial desarticulação dos modos camponeses de se fazer agricultura e toda a sua sociabilidade, economia moral, tradição cultural e relação com a natureza. Assim, ele foi parcialmente exitoso em desenvolver o meio rural, desagregando parte do sistema camponês e familiar em troca da produção de poucas mercadorias realizada por empresas agrícolas. Os estudiosos que acompanharam esse processo e o interpretaram deram a ele o nome de desenvolvimento agrícola, e após constatarem, já nos anos 90, que esse modelo não trouxe avanços e sim retrocessos ao campo e às cidades, passaram a teorizar a partir de novos enfoques e sobre outros atores, compondo assim o que vem sendo chamado de desenvolvimento rural, no entanto, mesmo com o olhar renovado pelo reconhecimento do protagonismo das formas familiares e camponesas de se fazer agricultura, e pela valorização da diversidade nas ruralidades, o mito do desenvolvimento ainda permeia os debates. Nesse sentido, este artigo busca mostrar que é mais pertinente analisar a nova ruralidade com o conceito de *envolvimento rural*, ao invés de conservar o inapropriado termo desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento agrícola. Ruralidade. Envolvimento rural.

¹ Engenheiro agrônomo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Jaboticabal-SP (2005). Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB, Brasília-DF (2008). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Araras-SP. claudanadaleto@yahoo.com.br

OVERCOMING DEVELOPMENT BY DYNAMISM OF RURAL INVOLVEMENT

Abstract

Discussions about countryside, urban-industrial or national State development, contains an ideological function incorporated tacitly aimed at sustaining the hegemonic domination of the central countries and the diffusion of their lifestyle to peripheral countries. The process of agricultural modernization, built in Brazil since the decade of 1960, resulted in the partial disarticulation of the household ways to do agriculture and all of their sociability, moral economy, cultural tradition and relationship with nature. Therefore, it was partially successful in (un)involve the countryside, disaggregating part of the peasant and household ways of life in exchange for the production of fewer goods made by business farmers. Researchers, who have followed this process and interpreted it, gave it the name of agricultural development. But after they find in 90 years that this model didn't brought advances and did regression to the countryside and the cities, they began to theorize from new approaches and on other actors, thus forming what is called rural development. However, even with the fresh look for recognition of the role of household and peasant forms to make agriculture and by the appreciation of the rural diversity, the myth of development still permeates the debates. In this sense, this paper seeks to show that it is more appropriate to analyze the new rurality with the concept "rural involvement" instead of maintaining the inappropriate term "development".

Keywords: Agricultural development. Rurality. Rural involvement.

A temática do desenvolvimento relacionado ao meio rural tem permeado debates em variadas correntes técnicas, científicas e políticas desde que a agricultura praticada pelos povos do mundo se viu modificada, em algum grau, pela parcial, mas intensa especialização e modernização de suas bases tecnológicas em meados do século 20. Posteriormente, esse debate se reacendeu com a constatação empírica, em fins daquele mesmo século, de que essa modernização não era suficientemente capaz de abranger um processo de melhorias de maneira ampla, justa e sustentável das ruralidades.

O ponto de partida adotado para analisar a questão do desenvolvimento rural está em definir o que pode ser considerado como desenvolvimento e quais aspectos indicam retrocessos e/ou avanços em decorrência do processo que esse termo ideologicamente suscita. Afinal, o desenvolvimento é um grande mito, como propôs Celso Furtado (1974), e cabe aqui analisar, a partir de uma perspectiva crítica, os desdobramentos práticos das mudanças estruturais ocorridas no meio rural e das respectivas teorias que os interpretam, a fim de confirmar que a homogeneização e uniformização do rural são símbolos e sinônimos do desenvolvimento agrícola.

Será defendido no presente trabalho que o desenvolvimento agrícola foi alcançado onde a *modernização conservadora* da agricultura penetrou, pois a acepção do termo desenvolvimento é condizente com o que se identifica empiricamente nesses locais. A perda do envolvimento social e ambiental, inclusive com o afastamento progressivo entre o ser humano e a natureza e a artificialização da agricultura, o êxodo de enormes contingentes populacionais para os centros urbanos, a desconfiguração cultural e a alienação sociopolítica são exemplos factuais que ratificam a afirmação de que o desenvolvimento se fez para esses povos com as mudanças modernizadoras.

As novas abordagens que compõem o arcabouço teórico do desenvolvimento rural, no entanto, embora vejam a ruralidade e o território sob uma perspectiva revigorada ao abarcar diversas dimensões e categorias analíticas, incorporam e reproduzem o discurso hegemônico fundamentado no desenvolvimento. Muda-se o enfoque, a perspectiva e, conseqüentemente, a abordagem pelo desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno e

desenvolvimento territorial, porém usa-se ainda a mesma e velha roupagem do desenvolvimento. Em contrapartida, a análise coerente da diversidade da agricultura familiar permitirá a percepção de que a sua viabilidade social, econômica, ambiental, cultural e política encontra-se compreendida na proposta de *envolvimento rural*.

Diante disto, é pertinente discutir as ideias acerca das interpretações dadas ao termo desenvolvimento, seus usos mais recorrentes e a superação dessa negação ao envolvimento. Esta análise será feita no primeiro dos três itens que compõem o presente artigo. No segundo item será analisada a ruralidade e seus caracteres, superando a visão unilateral que vê o campo como um território estritamente associado à agricultura, e incorporando assim uma abordagem multifuncional e mais dinâmica dos espaços rurais. Também será feita uma sucinta análise de alguns traços da categoria agricultura familiar, bem como seu recente fortalecimento e notoriedade nos estudos, pesquisas e nas políticas públicas brasileiras.

Por fim, o terceiro item enfoca as novas abordagens teóricas acerca do desenvolvimento rural, as quais buscam superar as limitações do desenvolvimento agrícola e englobam outras perspectivas, especialmente com relação à valorização dos espaços rurais e dos modos familiares e camponeses de se fazer agricultura. Essas abordagens, no entanto, valem-se do velho e retrógrado termo *desenvolvimento* para discutir práticas tão envolventes e promissoras, representantes da grande diversidade do meio rural. Por isso, como conclusão, este artigo argumenta que as novas abordagens devem considerar que somente um novo conceito – envolvimento rural – dá conta com maior fundamentação das dinâmicas compreendidas pela nova ruralidade.

Desenvolvimento, Crescimento e Envolvimento

Tratar do processo de desenvolvimento rural exige uma contextualização acerca das ideias que permeiam os debates sobre a própria noção de desenvolvimento e suas nuances. A acepção moderna do termo, difundida

intensamente no século passado como a garantia de ingresso dos povos na era do bem-estar, está associada a uma ordem civilizatória europeia que conduziria todas as sociedades “atrasadas e selvagens” do mundo ao progresso urbano-industrial. Isto se deve ao processo modernizador experimentado pelas sociedades, em especial no Ocidente do globo terrestre e no centro do sistema capitalista, desde o pós-Revolução Industrial, caracterizado pela intensa urbanização e industrialização, além das inovações técnico-científicas na produção industrial e agrícola.

De acordo com Celso Furtado (2000), a noção de desenvolvimento possui três dimensões de entendimento. A primeira seria o aumento da eficácia do sistema social de produção, devido especialmente ao progresso das técnicas e da acumulação, que tornaria este sistema mais eficaz no sentido de maior produtividade da força de trabalho total. A segunda dimensão está relacionada com o grau de satisfação das necessidades básicas da população, incluindo critérios objetivos e de primeira grandeza, como alimentação, habitação e vestuário e outros critérios mais subjetivos, relacionados aos valores culturais. Por fim, a ideia de desenvolvimento relaciona-se com a busca de objetivos dos grupos dominantes da sociedade envolvendo a utilização de recursos escassos.

Para Bursztyn (1995) o processo de assimilação do crescimento econômico como parâmetro de desenvolvimento decorre de um paradigma teórico oriundo da economia industrial que tem na razão utilitária o comando das ações, além de subestimar os limites da natureza e aprofundar a oposição entre o *ter* e o *ser*. O autor afirma que qualquer necessidade humana é consumidora de natureza e como “utilitarista de berço, a Revolução Industrial padece da deformação congênita do mau desenvolvimento. Quanto maior o crescimento, pior; ou melhor, quanto mais intenso, maior o consumo de natureza” (p. 98).

Furtado (2000) assinala que a aceleração da acumulação conhecida como Revolução Industrial é o ponto de partida no processo histórico de formação do sistema econômico mundial e que este, por sua vez, tem duas

faces. Uma está ligada à transformação dos modos de produção com a destruição total ou parcial das formas familiar, artesanal e senhorial, além do progressivo avanço da apropriação privada da força de trabalho e dos recursos naturais. A segunda face é refletida pelo dinamismo nas atividades comerciais, principalmente a divisão do trabalho e a consequente especialização produtiva nas regiões em que a acumulação foi incrementada.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente (Furtado, 2000, p. 27).

O processo de industrialização do final do século 19 fez surgir o conceito de sistema econômico nacional, e como este era decorrente de um aparato protecionista da nação, a ideia de desenvolvimento ligou-se aos interesses nacionais. À medida que o Estado se afirmava como propulsor e orientador das atividades econômicas e definia o interesse nacional, a acepção de desenvolvimento foi englobando o enfoque globalizador de tais processos econômicos. Assim, os conceitos e pautas mais difundidos – produto ou renda *per capita*, produtividade dos fatores de produção, etc. – logo assumiriam a dianteira nos debates sobre desenvolvimento, e passariam a ser seus indicadores universais, e nenhuma referência seria feita à distribuição de renda, às injustiças sociais e ao perfil da acumulação (Furtado, 2000).

Dessa forma, a noção de desenvolvimento, que se enraíza na ideia de progresso e no Iluminismo, “onde a história é vista como uma marcha progressiva para o racional e para a harmonia social” (Wehrmann; Duarte, 2002, p. 1), confunde-se com as questões econômicas, elucidadas de forma simplista por indicadores quantitativos de produto e de renda. Assim, o crescimento econômico fez-se sinônimo de desenvolvimento, deixando

de maneira implícita uma relação direta com a melhoria das condições de vida de toda a população. Não foi este, todavia, o resultado do crescimento desigual e injusto, visto que

a noção de que o desenvolvimento é um processo do qual resulta um crescimento da renda real, do conhecimento e de tecnologia, beneficiando a todas as camadas da população e a todos os países de forma igualitária tem sido refutada a partir das experiências históricas, especialmente dos países do Terceiro Mundo. Observa-se que, além de não linear e não distributiva, a lógica do desenvolvimento, sinônimo de progresso e crescimento econômico, tem tido como uma das principais conseqüências os impactos degradantes ao meio ambiente (Wehrmann; Duarte, 2002, p. 2).

Para Furtado, “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (1974, p. 75) por conta da impossibilidade de os *povos pobres* poderem desfrutar das mesmas formas de vida dos *povos ricos*. Nesse sentido, o mito é um dos pilares da doutrina que objetiva dar cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da macroestrutura planetária do sistema capitalista. Ainda a respeito do mito, o autor destaca que a hipótese de generalizar as formas de consumo dos países centrais para todo o conjunto do sistema capitalista não tem cabimento diante das possibilidades evolutivas desse sistema.

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana (Furtado, 1974, p. 75).

Vale destacar também que há muita influência e preponderância dos preceitos da teoria econômica neoclássica nesse processo de expansão capitalista. A escola neoclássica reduz todo o sistema econômico a um simples processo mecânico circular e autossustentado, excluindo o contexto ambiental, e “funcionando como um movimento em espiral ascendente entre produção e consumo, lubrificado permanentemente pelo dinheiro”

(Dayrell, 1998 apud d'Angelis Filho, 2005, p. 22). Essa corrente analítica ignora as relações bilaterais permanentes entre o processo econômico e a natureza, além de se basear nos índices quantitativos de produto como indicador do desenvolvimento.

A partir dos anos 90 outras abordagens do desenvolvimento têm buscado superar a visão dominante, reduzida e centrada ideológica e limitadamente no aspecto econômico da produção de renda, que ainda guia estudos, políticas e disciplinas por todo o planeta. Neste sentido, Amartya Sen, um economista indiano de renome internacional, trabalha com outras perspectivas de desenvolvimento, especialmente relacionadas aos *fi*ns que devem resultar desse processo, e não aos *me*ios empregados para alcançá-lo. Assim, em seu enfoque, o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou das rendas individuais, é importante meio para a expansão das liberdades dos membros das sociedades, a finalidade do desenvolvimento.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relativas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (Sen, 2000, p. 28).

A análise de Sen aponta para a importância da liberdade e das capacidades dos indivíduos em usufruir das riquezas produzidas e em levar o estilo de vida que eles valorizam. Deslocando as prioridades e os objetivos do desenvolvimento do eixo econômico para questões humanas de ordem qualitativa, a liberdade passa a ser o principal fim do desenvolvimento.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2000, p. 29).

Ignacy Sachs (2000) propõe um modelo de desenvolvimento a partir de dentro para os *países menos desenvolvidos*, baseado na inclusão das populações historicamente marginalizadas. Essa proposta significaria o oposto do atual padrão de crescimento excludente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza). A garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos dos cidadãos é uma busca do desenvolvimento incluyente, e a geração de empregos deve ser preferida às políticas assistencialistas, proporcionando dignidade às pessoas. Isto levaria à erradicação da pobreza, definida como uma meta neste modelo de desenvolvimento.

Tais formulações surgem a partir da constatação de que o desenvolvimento econômico não é igualitário, generalizado e, tampouco, neutro em termos ambientais, mas ao contrário, excludente, concentrador e gerador de desequilíbrios ambientais enormes. Com isso, passou-se a procurar modelos para outras vias ou tipos de desenvolvimento, e surgem daí as preocupações com o bem-estar humano e com a sustentabilidade ambiental, bem como a necessidade de incorporá-los nesses debates. Neste contexto, foram formulados os indicadores de desenvolvimento humano, em especial o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, que buscou englobar aspectos qualitativos da vida humana, como a qualidade da educação, saúde, esperança de vida e distribuição de renda.

Antes do IDH surgiram expressões e conceitos relacionados às preocupações de cunho ambiental representadas pelo ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Esses conceitos vieram no bojo do movimento ambientalista mundial, que por sua vez ganhou corpo com as diversas catástrofes ambientais ocasionadas pelo sistema produtivo industrial-capitalista em todo o planeta, nas décadas de 50, 60 e 70. De acordo com Wehrmann e Duarte (2002, p. 14), o conceito de ecodesenvolvimento foi utilizado por Maurice Strong “para ressaltar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento das zonas rurais nos países em desenvolvimento”.

Desenvolvimento sustentável apareceu em 1980, no documento da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e aos poucos foi substituindo o conceito de ecodesenvolvimento. “Contudo, é em 1987 que ele se populariza com o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), resultado do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Unced)” (Nadaletto, 2008, p. 36). Desenvolvimento sustentável foi tido como o desenvolvimento “que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.

Este conceito ganhou notoriedade e passou a ser vastamente adotado após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio ou Eco-92. Nela, seu uso foi difundido, embora seu significado fosse dado de acordo com os interesses dos atores que o professavam, independentemente de quão (in)sustentável fossem as atividades empreendidas. Como um conceito amplo e impreciso, ele é questionado enquanto se faz hegemônico o sistema capitalista mundial, “pois o desenvolvimento sustentável está atrelado, hoje, a um desenvolvimento capitalista sustentável e à sua lógica de mercado” (Nadaletto, 2008, p. 37). De acordo com d’Angelis Filho,

enquanto a crise dos anos 80 desnudava a ilusão do desenvolvimento como saída para todos, a idéia do desenvolvimento sustentável veio dar fôlego novo à ideologia do desenvolvimento que entrava em fenecimento. A dívida externa e a crise ambiental se movem para o centro do debate mundial, colocando em risco o sistema de suprimento dos países do Norte. O desejo de que o desenvolvimento fosse sustentável e humano, propagado desde os países cêntricos, passou a ser a justificativa dos países do Norte e do Sul para ações humanitárias, perpetuando um sistema que mantém e aprofunda a exclusão, ao mesmo tempo em que pretende eliminá-la (2005, p. 32).

Adjetivar algo como sustentável tornou-se trivial, sobretudo no início do século 21, servindo desde as indústrias mais consumidoras e devastadoras da natureza – petroquímicas, mineradoras, automobilísticas e grandes agroindústrias – até aos programas e políticas de governos em diversas áreas. De acordo com Melo (2006, p. 19), “é imperioso destacar que o significado dado ao desenvolvimento sustentável, em grande parte, carrega uma conotação “desenvolvimentista”² e, portanto, insuficiente para tratar a complexidade acerca da degradação ambiental”.

No que diz respeito à agricultura, em especial, o conceito sustentável foi incorporado e está sendo utilizado, no bojo da Rio-92, para os mais variados fins. Isso reflete novamente a imprecisão com que foi definido e a disputa político-ideológica que gravita em torno dele. Há que se observar a apropriação deste termo pelos atores que protagonizaram as mudanças na agricultura mundial rumo à excessiva especialização, “quimiquização” e motomecanização, na busca de validar, ideologicamente, suas práticas insustentáveis. Esse estilo de agricultura baseado em monoculturas mercantis, tida por moderna ou convencional, é a antítese do sustentável visto que hipoteca as possibilidades de produção no futuro em razão de altos rendimentos de geralmente um só produto, no presente.

Uma nova corrente técnico-científica, no entanto, tem se contraposto ao modelo de agricultura convencional e está ganhando vulto no campo da agronomia. Isto porque o corolário do processo modernizador que atuou na agricultura foi demasiadamente perverso ao romper com os sistemas tradicionais de organização da produção e da vida comunitária dos camponeses. Assim, a agricultura sustentável materializa-se, contemporaneamente, quando é tida como sinônimo de agroecologia, a qual baseia-se em preceitos de sustentabilidade, e é legitimada por meio de diversos indicadores que atestam sua viabilidade social, econômica, ambiental, cultural e política.

² Este caráter desenvolvimentista provém do termo desenvolvimentismo, o qual, segundo Melo (2006, p. 93) “refere-se a uma visão de mundo estritamente economicista, que se baseia primordialmente em dados técnicos para a promoção do crescimento econômico”.

Além disso, de acordo com o entendimento de d'Angelis Filho,

a crise do ideário do desenvolvimento como único caminho estabelecido no crepúsculo do século vinte (...) tem atraído novas abordagens para a agricultura e a ruralidade. A própria história do campesinato latino-americano tem sido revisitada, bem como o seu papel na construção de alternativas ao desenvolvimento ou de projetos contra-hegemônicos. Os estudos sobre o campesinato têm sido retomados, desde uma perspectiva crítica, pela historiografia, pela geografia e pelas ciências sociais (2005, p. 40).

Outro questionamento crítico pertinente é suscitado pela etimologia do termo *desenvolvimento*. Na acepção que reforça o desmembramento do termo no prefixo *des* e no substantivo masculino *envolvimento*, percebe-se com maior nitidez seu significado de negação, contrariedade e separação. O não envolvimento é, assim, uma das interpretações sugeridas pelo vocábulo desenvolvimento, mesmo que seu uso geral, intencionalmente, não tenha sido associado a qualquer negação. Pelo contrário, ao ganhar relevo com a teoria da modernização e incorporar-se ao vocabulário popular, foi ideologicamente utilizado como sinônimo de algo benéfico para todos.

Viana (1999) traz uma reflexão interessante baseada em crítica ao desenvolvimento, feita por um caiçara de Paraty-RJ, em virtude da construção da estrada Rio-Santos nos anos 70. Para este habitante tradicional daquela localidade, a obra marcou o início do *des-envolvimento*, numa antítese à vida *envolvida* que mantinha com a natureza e com a comunidade. Sua rotina diária de muito trabalho – pescar, cuidar da roça, coletar plantas medicinais, preparar ferramentas e instrumentos, fazer farinha, realizar atividades culturais, etc. – fora radicalmente modificada pela chegada dos turistas, encantados com a beleza do local. Dessa forma,

o caiçara (...) não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um “monte de dinheiro”. Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era *des-envolver* (Viana, 1999, p. 242).

Assim, o autor, argumentando numa linha de raciocínio que se contrapõe às correntes hegemônicas, ainda ressalta que:

des-envolver para as populações tradicionais – não apenas a caiçara – significa perder o *envolvimento* econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o *envolvimento*, perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Perde-se ainda o saber e com ele o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais (1999, p. 242).

Esta linha de acepção do termo não consta nas análises sobre o desenvolvimento rural feitas pela quase totalidade dos autores, que continuam a usar um conceito de negação para interpretar as mudanças ocorridas no meio rural e deixam de nomear com o sentido real o processo em questão. Por essa razão, faz-se necessário ressaltar que o uso do termo *desenvolvimento* nos próximos itens estará, conforme o sentido dado pelos autores, ou pelo contexto, com uma conotação positiva. Quando for imprescindível, porém, será frisado pela separação por hífen – *des-envolvimento* –, para que seja interpretado em seu sentido de negação.

Por fim, a proposição teórica aqui defendida para caracterizar as mudanças positivas no rural está no sentido positivo também, o envolvimento rural. Esta expressão compreende em si mesma toda a dinâmica, as estratégias e a diversidade da ruralidade em que a agricultura familiar assume o protagonismo, conforme será observado mais adiante.

As Redefinições do Rural e a Agricultura Familiar Brasileira

O mundo contemporâneo é composto, em sua maioria, por populações humanas que vivem em áreas consideradas urbanas. Na História da humanidade, porém, este fato não é regra, e sim uma breve e recente exceção,

anunciada no ano de 2006 (Davis, 2006). O fato é que, independentemente de habitarem na área urbana ou rural, as populações humanas ocupam e interagem nalgum lugar do espaço e, por isso, o conceito de ruralidade tem na sua natureza geográfica o maior de seus consensos, dada pela essência territorial, uma vez que está diretamente relacionada ao espaço.

Outra característica que está colocada nos estudos das ruralidades é o fato de elas serem isoladas, distantes e pouco habitadas. Obviamente, a noção de que o meio rural é distante é relativa e pode ser considerada, em parte, como fruto das dificuldades em relação ao transporte e à locomoção entre as localidades rurais e, por isso, devem ser relativizadas nos dias atuais, quando não só há mais formas de superar essas distâncias, como as ruralidades estão mais acessíveis e com maior infraestrutura de comunicação. Já na questão desses espaços serem pouco habitados, com relativa baixa densidade demográfica, é uma atribuição considerada na maioria das caracterizações e estudos sobre as ruralidades e de muita pertinência prática.

No campo teórico, alguns eixos principais de entendimento dos espaços rurais são discutidos e aceitos: a abordagem espacial, principalmente com relação à paisagem, sua menor artificialização e antropização da natureza; o povoamento e a conseqüente densidade demográfica e as dinâmicas de dependência e inter-relações com o urbano, traços estes que em conjunto definem o meio rural. Angela Kageyama, em sua discussão sobre as ruralidades, cita a argumentação de Wiggins e Proctor (2001) de que “embora as áreas rurais sejam claramente reconhecíveis, não há definição conceitual ou empírica exata para o termo *rural*” (2008, p. 16).

A essência territorial da ruralidade é enfatizada por muitos autores, como Abramovay (2000), Kageyama (2008) e Carneiro (2002), sempre no sentido de caracterizar o meio rural como um espaço, e não um setor de atividade econômica da sociedade. E como um espaço repleto de dinamismo e de diversas atividades, o meio rural de hoje não é mais tido somente como um espaço agrícola ou relacionado à agricultura, e sim como um ambiente

que abarca inúmeras atividades não agrícolas desempenhadas por habitantes que não dependem apenas da ocupação na agricultura, dada a pluriatividade desenvolvida.

Na prática, essas áreas são identificáveis visualmente por conta da predominância dos campos cultivados, pastos e florestas plantadas ou naturais sobre as estruturas humanas construídas e que ocupam menos espaço na paisagem geral. A própria habitação e ocupação do solo é mais dispersa, conquanto a natureza pareça não estar totalmente modificada. Dessa forma e indo mais além,

entre os traços predominantes das áreas rurais destacam-se três: a) a abundância relativa de terra e outros recursos naturais; b) as significativas distâncias entre os assentamentos rurais e entre estes e as cidades (...); c) (...) muitos de seus habitantes vivem em situação de pobreza (75% dos pobres do mundo vivem em áreas rurais) (Wiggins; Proctor, 2001 apud Kageyama, 2008, p. 17).

Embora esta definição conceitual do rural não seja consenso, é forçoso tomar conhecimento do modo como estas áreas são reconhecidas, delimitadas e trabalhadas pela legislação e pelas esferas político-administrativas no Brasil. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a definição de área rural é simplesmente “a área de um município externa ao perímetro urbano” (Instituto..., 2011). Ou seja, na definição do IBGE percebe-se sua “natureza residual” (Saraceno, 1996/1999 apud Abramovay, 2000, p. 2), que relega às áreas rurais todo o território que não é caracterizado como urbano e que está além de seus limites.

Nota-se assim que “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania” (Abramovay, 2000, p. 2). Kageyama, citando Gómez (2001), ressalta que a “visão tradicional” interpreta a ruralidade com três características principais: “espaços de baixa densidade populacional, em que a população

se ocupa de atividades agrícolas e vive em situação de atraso material e cultural” (2008, p. 19) e que a origem dessa visão é a “dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano” (p. 19).

Muitos ideólogos da modernização e da industrialização, observando o rural sempre a partir de, e tendo como referência o ambiente urbano-industrial, pregam que o meio rural está definitivamente condenado ao fracasso e à mudança de seus habitantes para as cidades. Abramovay (2000), no entanto, realça que grande parte dos municípios com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano são rurais, e que ao se conhecer a experiência recente dos países capitalistas centrais, não há motivos para se fazer essa associação conceitual entre o meio rural e seu fatal declínio. Pelo contrário, ele cita um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde) com a constatação de que

algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Elas criaram mais possibilidades de novos empregos que a economia tomada em seu conjunto. O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos. A fraca densidade de população e a distância são freqüentemente consideradas obstáculos ao desenvolvimento rural. Nem sempre é o caso (...) e, além disso, a experiência mostra que os obstáculos geográficos podem ser ultrapassados. Para as regiões rurais atrasadas, as regiões rurais dinâmicas representam um modelo de desenvolvimento mais realista que as regiões urbanizadas (Ocde, 1996, p. 10 apud Abramovay, 2000, p. 1).

Abramovay (2000) expõe três formas dominantes de delimitação oficial do rural. Primeiro, há a “delimitação administrativa”, em que o rural é definido pelo poder público municipal e a questão fiscal se sobrepõe aos aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais, com prestação de serviços públicos aos aglomerados tidos como urbanos e carência destes serviços no meio rural, ou seja, “o rural tenderá a ser definido, em princípio,

pela carência” (p. 4). É este o sistema delimitador adotado no Brasil. Em segundo lugar, há países que se valem do peso econômico da ocupação de mão de obra na agricultura como critério principal para delimitar o meio rural. As limitações deste critério revelam-se nos países em que as ocupações não agrícolas ganham relevância no meio rural.

A terceira forma de delimitar o meio rural ocorre em muitos países nos quais são rurais as localidades abaixo de certo patamar populacional, sendo de 10 mil habitantes, estabelecidos na Grécia, Portugal e Itália; 2 mil habitantes na França e entre mil e 2,5 mil nos países latino-americanos como Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá. Segundo o autor, as limitações se dão ao refletir mais as “tradições histórico-institucionais que a situações geográficas (...); ao comprometer a comparabilidade internacional sobre as informações do meio rural (...); e ao não permitir uma abordagem regional da ruralidade” (Abramovay, 2000, p. 5).

Segundo Veiga, no Brasil o critério administrativo que delimita as áreas rurais pode estar escondendo e subestimando um enorme contingente populacional e territorial em muitos municípios pouco habitados e tidos por urbanos, mas que se configuram por uma extrema dependência e proximidade das atividades desenvolvidas no campo, além de distantes das regiões consolidadamente urbanizadas. De acordo com o autor, o critério utilizado no Brasil é único em todo o mundo, pois “considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (Veiga, 2003, p. 31).

Dessa maneira, há inúmeros municípios pequenos, de baixa densidade populacional, caracteristicamente rurais ou menos antropizados, distantes de regiões metropolitanas ou de centros regionais urbanizados, classificados todos como urbanos em sua sede, o que configura, para Veiga, as “cidades imaginárias”.

De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000 (2003, p. 32).

Para este autor, uma boa maneira de classificar os municípios seria abordar de forma conjunta os critérios de população, densidade demográfica e localização. No censo mais recente do IBGE (Instituto..., 2000-2010), no entanto, o critério utilizado continuou sendo o mesmo, e a população brasileira, totalizada em 190.732.694, é agora 84,3% urbana e 15,7% rural. Essa forma de classificação esconde muitas singularidades nas diversas regiões brasileiras, as quais evoluíram historicamente, em maior ou menor grau, sempre em conjunto com o meio rural, além de reforçar a ideia de haver um esvaziamento e declínio do campo.

Apesar de a população ocupada em atividades agrícolas vir diminuindo, em termos relativos e absolutos, no Brasil e no mundo, não se pode esquecer da herança agrária das sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil, na qual os ciclos econômicos provenientes do mundo rural ocupam lugar de destaque em sua história. Neste sentido,

a complexidade do nosso território rural precede, portanto, a das cidades, no início da ocupação. Os “complexos rurais” que se formariam ao longo dos ciclos exportadores continham em seu interior atividades agrícolas e manufatureiras, produção de alimentos para a reprodução da mão-de-obra escrava, criação de animais, oficinas, artesanato e atividades de beneficiamento (Kageyama, 2008, p. 86).

E, não obstante a importância secular da ruralidade, há ainda uma renovação no interesse político, acadêmico e entre os movimentos sociais pela ruralidade e pelo desenvolvimento rural e territorial no Brasil. Essa ressurgência da ruralidade na agenda de debates é, certamente, consequência da importância que essa temática encerra no atual contexto de crises de proporções planetárias – ambiental/climática, econômico-financeira, alimentar, social e política – sendo, inclusive, apontada como alternativa promissora na superação de tais problemas. Nessa mesma perspectiva, Wanderley (2001, p. 31) menciona que “a sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural” e frisa que

esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

Por isso, a prática de várias atividades não agrícolas pelas populações rurais, somada à aplicação de formas mais ecológicas e camponesas de se fazer agricultura, aliadas ainda à capacidade do meio rural em exercer outras inúmeras funções além da produção agropecuária – lazer, serviços ambientais e de equilíbrio climático, hidrológico e ecológico, turismo, preservação e reprodução das tradições culturais e arquitetônicas, entre outras – criam caminhos mais condizentes e justos para o processo de melhorias qualitativas em diversos âmbitos nesses territórios. Ademais, de acordo com Kageyama (2008, p. 20),

hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer),

maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais.

Apesar das diversas atividades, serviços e funções que o meio rural proporciona, sua vocação agrosilvipastoril não deixou de ser importante neste novo contexto de percepção das outras funções não agrícolas. Ao contrário, com o fortalecimento e a valorização da categoria social mais relevante no meio rural brasileiro – a agricultura familiar – houve interesse crescente por parte de gestores públicos, pesquisadores, técnicos e de outros atores da sociedade para com essa categoria.

Para isso, as décadas de 90 e 2000 foram decisivas no processo de fortalecimento das formas familiares de praticar agricultura no Brasil. Sem a pretensão de esmiuçar este tema, mas fazendo um breve relato de fatos notórios, é pertinente observar que diversas ações gestadas na esfera federal como as políticas de crédito, a definição do marco legal (Lei da Agricultura Familiar), políticas de comercialização da produção pelos mercados institucionais e os diversos programas de apoio aos agricultores familiares e às outras populações rurais como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas e outros, formam uma miríade de ações que deram mostras da força dessa categoria social ao país.

A comprovação estatística deu-se com o Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado em 2009. Nele foi possível constatar a grandeza de uma categoria esquecida por muitos séculos mas que se faz presente em todo o território nacional, detém 84,4% dos 4.367.902 estabelecimentos agropecuários brasileiros, é responsável por gerar 38% do valor bruto total da produção agropecuária brasileira, ao passo que detém apenas 24,3% da área das propriedades do país e ocupa 74,4% da mão de obra que trabalha nessas propriedades rurais (Ministério..., 2009).

Essa pujança socioeconômica não se deu somente em função da conquista de espaço nas políticas públicas, mas também em virtude das discussões acadêmicas que ganharam corpo junto aos movimentos sociais do campo, provocaram a renovação dos debates em torno da agricultura familiar e do campesinato brasileiros e em grande parte fomentaram tais políticas. A constatação de que os camponeses sempre estiveram, embora marginalmente, presentes no rural brasileiro, bem como o olhar aprofundado sobre a agricultura familiar e suas origens camponesas, trouxeram novos enfoques analíticos e resultados convincentes sobre as formas familiares de se fazer agricultura.

Ademais, evidenciou-se com essas pesquisas que os atributos socio-culturais camponeses ainda permeiam as práticas familiares na agricultura e dentre esses caracteres assume centralidade a intensificação baseada no trabalho familiar e na cooperação existentes entre essas famílias agricultoras, além de as trocas com a natureza e o ambiente serem mais frequentes, ao passo que as trocas mercantis não são unânimes diante das necessidades de recursos. Essa interação intensiva com o meio e com os inúmeros atores que desempenham papéis no ou para o cenário rural, inclusive começando pelo fato de essas famílias habitarem e terem raízes no meio rural, é que foi denominada de envolvimento, uma característica muito marcante na observação empírica das relações sociais camponesas.

Em comparação com as formas empresarial e capitalista, a agricultura familiar possui caracteres que a diferenciam não somente em relação à força de trabalho, à forma como a propriedade é gerida, ao tamanho da propriedade e à renda obtida, mas especialmente na forma e na intensidade como esses atores se envolvem com o meio no qual se reproduzem. Seja para a obtenção de sementes, mudas e material genético aprimorado, ou para obter informações sobre técnicas mais apropriadas de produção, épocas de plantio e colheita, formas de armazenamento, esclarecimentos sobre o mercado dos produtos agropecuários, ou trocas diversas, inclusive de dias de trabalho entre

eles em sistemas de mutirão, enfim, um sistema de relações invisíveis em que as trocas não são permeadas majoritariamente pelas relações mercantis mas sim por valores como solidariedade, companheirismo e o envolvimento.

Desenvolvimento Rural: novas abordagens sob velhas roupagens

Mais especificamente sobre o meio rural, as análises e debates em torno do desenvolvimento também estiveram atreladas à noção de crescimento econômico, fruto das teorias modernizadoras da agricultura. Assim como no plano macro não ocorreram avanços significativos, porém, quando as formulações basearam-se apenas no crescimento econômico, no âmbito das ruralidades não se confirmaram as formulações segundo as quais o desenvolvimento seria atingido com aumentos de produtividade, da eficácia técnica e ganhos de escala na agricultura por conta da modernização tecnológica, visão essa dominante nos estudos nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Embora tenha sido “formulado nesse período quase um consenso teórico de que o desenvolvimento das ruralidades seria um efeito diante da incorporação das novas tecnologias produtivas agrícolas” (Navarro, 2001), a modernização das bases técnicas de produção agrícola não foi suficiente para abarcar um processo amplo de melhorias no meio rural como um todo. Neste sentido, os debates sobre o desenvolvimento ressurgem num segundo momento, nos anos 90, contrariamente ao momento anterior, “caracterizando-se muito mais (...) por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento*” (Navarro, 2001, grifos do autor).

A constatação das limitações em se priorizar apenas o âmbito econômico e de produção agropecuária no processo de desenvolvimento das ruralidades, o chamado desenvolvimento agrícola, gerou uma nova percepção e agenda de pesquisas sobre o meio rural, incorporando dimensões e análi-

ses mais abrangentes, o que permitiu, por sua vez, outras interpretações e formulações teóricas para compreender o dinamismo vivenciado no campo. Conterato (2008, p. 42) argumenta que

a clássica resposta do aumento de escala de produção não parece ser efetiva e possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria pelo aumento da renda agrícola e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores. O enfrentamento do ambiente hostil criado pelo aprofundamento da liberalização e globalização do mercado mundial de produtos agropecuários tem sido cada vez mais um importante aliado na constatação de que o desenvolvimento agrícola não necessariamente leva ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto, foi importante a retomada e a renovação dos estudos sobre a agricultura familiar e o campesinato, especialmente, mas não só na Europa como também no Brasil. A emergência dessas discussões e o reconhecimento da agricultura familiar em suas diversas formas como um fator dinamizador do meio rural e das regiões nas quais se manifesta, trouxeram novos elementos analíticos e conceituais ao processo de desenvolvimento rural. Ploeg et al. (2000), citados por Kageyama (2008), frisam que

o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e levar o desenvolvimento às comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do *desenvolvimento rural*, buscando um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, a maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais (p. 59).

De fato, as mudanças do meio rural e da agricultura passaram a ser captadas e interpretadas sob um ângulo mais condizente com sua realidade, contribuindo para dissipar a obscuridade criada em torno dos modos mais

camponeses de fazer agricultura. Além disso, o fortalecimento e a legitimação sociopolítica de variadas formas sociais sob a denominação de agricultura familiar também dinamizaram as pesquisas e as políticas, refletindo a afirmação dessas formas familiares de produção bem como sua importância socioeconômica em todo o Brasil.

A noção de sustentabilidade e sua base, no mínimo, tridimensional – ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável – incorporou-se crescentemente ao campo e aos sistemas agrícolas, principalmente por meio da aplicação de ferramentas ecológicas de produção, de manutenção e convivência harmônica com os ecossistemas naturais. Essas abordagens também ganharam espaço dentro do arcabouço do desenvolvimento rural, passando a permear ainda mais os debates com os novos conceitos – desenvolvimento rural sustentável e agricultura sustentável.

Da mesma forma, emerge também o debate sobre o papel da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura. Novos pontos de vista são aprofundados no olhar sobre as atividades desempenhadas pelos agricultores e seus familiares que não estão ligadas apenas à agricultura. Ademais, percebeu-se que existem inúmeras outras funções públicas exercidas pelos espaços rurais, por muito tempo esquecidas, ou forçosamente escondidas nas análises, que vão além da produção agrícola, como a segurança alimentar, a reprodução da tradição cultural, a manutenção da paisagem e de serviços ambientais, enfim, a multifuncionalidade. Para Maria José Carneiro,

ambas as noções advêm de uma reflexão (política) sobre a atuação pública no meio rural, que antecede a produção do conhecimento sobre o tema. São termos que não qualificam um processo ou um fenômeno específico, mas, ao contrário, englobam fenômenos sociais e econômicos distintos. Como já observamos em outro lugar, o termo pluriatividade só toma sentido na atualidade como consequência da política de modernização agrícola que criou o agricultor profissional – aquele que vive exclusivamente da agricultura (Carneiro, 1996). O mesmo se aplica à noção de multifuncionalidade que tenta resgatar a importância do conjunto de contribuições

da agricultura (ou do agricultor?) para a dinâmica econômico-social dos territórios. Contribuições essas que, aliás, já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista (2002, p. 234).

A pluriatividade ganha importância no novo paradigma de desenvolvimento rural pelo reconhecimento de que ela é uma ferramenta estratégica do processo de fortalecimento socioeconômico da família agricultora. Além disso, é um indicativo do dinamismo territorial na medida em que demonstra a interação das atividades agrícolas e não agrícolas, e o contexto espacial no qual se localizam, ao passo que “esta interação (...) tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas” (Schneider et al., 2009, p. 141).

Fica claro, portanto, o caráter multidimensional ao qual está submetida a abordagem do desenvolvimento rural, ao incorporar, além das dimensões econômica e social, as questões de cunho ambiental, cultural e territorial. Essa amplitude dimensional faz parte do recorte analítico que critica o entendimento da agricultura como um mero setor econômico, e do rural como sinônimo de agrícola, promovendo e reconhecendo, assim, a multifuncionalidade dos espaços rurais. Neste caminho teórico, Carneiro (2002, p. 237) faz uma crítica interessante:

Se aceitarmos que a agricultura é apenas uma das atividades exercidas pelos membros das famílias rurais e se estamos de acordo que o foco da análise multifuncional deve se orientar para a unidade doméstica e suas formas de inserção no território, com ênfase nas suas práticas (“funções”) não diretamente produtivas, torna-se difícil compreender porque devemos continuar a falar da multifuncionalidade da agricultura. Parece-nos mais adequado, dentro dessa lógica, reorientarmos o debate para a *multifuncionalidade do território*, incluindo assim as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas.

O foco no território tem se destacado em diversas abordagens do processo de desenvolvimento rural, em especial pelo fato de que a dinâmica regional em que os espaços rurais se inserem interfere e é interferida de diversas formas nos e pelos processos locais e globais. Esse olhar territorial tem como efeito a superação da dicotomia entre rural e urbano, posto que o enfoque é estudar os espaços rurais sem separá-los das áreas não rurais, superando também o recorte setorial da agricultura. Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 37),

o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa, aqui, o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. (...) Os estudos mais recentes sobre esse assunto indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”.

Abramovay (2000, p. 22) destaca o crescente interesse dos cientistas sociais pela dimensão territorial do desenvolvimento a partir dos anos 90, e salienta a preocupação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Oce) com os territórios ao criar uma “divisão de desenvolvimento territorial”. O primeiro trabalho desta comissão foi delimitar as fronteiras entre rural e urbano e elaborar indicadores que permitissem a compreensão das disparidades entre situações territoriais distintas (Oce, 1994 apud Abramovay, 2000).

Uma das evidências surpreendentes deste trabalho de delimitação e construção de indicadores é a de que muitas regiões essencialmente rurais, de vários países, geram mais empregos que as essencialmente

urbanas. Outra evidência é que são as regiões relativamente rurais que mais criam empregos, levando a OECD a assumir que ruralidade não é mais sinônimo de atraso (Veiga, 1997 apud Mior, 2005, p. 39).

Os territórios são valorizados no enfoque do desenvolvimento rural pelo sinergismo e interação dinâmica entre os diversos atores e setores envolvidos na produção, assistência, infraestrutura, normatização, transformação, transporte, consumo, reprodução, etc., assentados sobre dado território, local ou regional, e não somente relacionados à agricultura e/ou produtos agrícolas. Para Kageyama, o desenvolvimento rural tem como especificidade sua referência a uma base territorial e “ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam” (2008, p. 67).

O território é uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a exemplo de um saber-fazer original, em geral, ligado à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso noutra lugar. O território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009, p. 39).

Os mesmos autores observam, ainda, que o desenvolvimento territorial é decorrente de “um inventário dos recursos locais” e que, dessa maneira, “não se instala uma dinâmica de desenvolvimento territorial sem a criação ou o reforço de redes e de formas de cooperação” (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009, p. 39). Mior (2005) menciona a noção de redes como uma nova abordagem do desenvolvimento que procura superar os termos dicotômicos discutidos no decorrer dos anos 90, e que tem sido adotada pelos pesquisadores para enfatizar as relações sociais entre os agentes locais e não locais como mais importante do que pertencer ou não a um determinado território.

Em sua análise das diversas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural, Mior (2005) identifica, nas últimas duas décadas, quatro eixos principais de estudo sobre este tema. A primeira abordagem baseia-se nas teorias da globalização da economia e do sistema alimentar, e como contraponto, as que enfatizam a diversidade da agricultura e suas especificidades.

A abordagem da globalização está essencialmente baseada na pressuposição de que a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. (...) Nesta perspectiva, vários estudos buscam mostrar como as estruturas dos sistemas agroalimentares fora da agricultura formatam a produção agrícola, assim como parte significativa dos componentes da cadeia de produção alimentar (p. 28).

Há diversos estudiosos, contudo, que questionam o alcance e o poder das forças externas atuando no meio rural, defendendo que as mudanças no campo devem ser analisadas a partir dos atores sociais envolvidos, da diversidade de estratégias praticadas em diversas escalas de tempo e espaço por inúmeros modos de se fazer agricultura. Além disso, assinalam a importância de se levar em conta aspectos microeconômicos nas análises desses processos, e não apenas os macroeconômicos. No sentido de valorização da diversidade, Norder faz a seguinte consideração:

A diversidade na agricultura e nos processos de desenvolvimento rural já foi pensada como produto do atraso, como um resquício do passado, da força retrógrada de segmentos sociais condenados ao desaparecimento; ou ainda, como consequência da incapacidade de inserção de parte da população na supostamente inevitável modernização. Essa interpretação, amplamente veiculada em meados do século XX (...), tem cedido cada vez mais espaço para abordagens que associam a diversidade à ação deliberada e sistemática de diferenciados grupos populacionais que refutam os limites, as contradições e as relações sociais de dependência que caracterizam a produção em grande escala e que, diante disso, estabelecem processos de

produção que se afastam eficientemente da produção em grande escala. Com isso, os camponeses promovem uma importante intensificação da produção e viabilizam determinados modos de vida que exercem menor pressão sobre os recursos naturais (2009, p. 284).

O segundo grupo de formulações destacado por Mior propõe teorias que destacam os espaços, essencialmente as regiões e as localidades, para compreender o processo de desenvolvimento. Esse conceito de localidades não se refere apenas a lugares ou comunidades. “Seriam uma soma de energia social resultante da aglomeração individual, grupos e dos interesses sociais no espaço. Localidades não seriam passivas ou residuais, mas, em diversas formas e graus, centros de consciência coletiva” (Cooke et al., 1989 apud Mior, 2005, p. 34). As diferenciações espaciais ocorridas seriam, nesta abordagem, a chave para compreender as mudanças sociais promovidas em certas regiões.

Mior, no entanto, menciona que diversos autores têm trabalhado a ideia de que é necessário encontrar uma posição teórica mais equilibrada, um caminho intermediário entre a visão da globalização e da localização. O autor cita os argumentos de Buttel (1994) e também de Marsden et al. (1993), no sentido da “necessidade de conceitos intermediários para fechar o hiato entre as análises teóricas e empíricas, e entre as tendências globais e mudanças locais” (Mior, 2005, p. 35), pois a literatura, em grande parte, tem promovido uma contraposição entre os espaços local e global como se eles fossem totalmente desconectados e independentes. A terceira linha de teorias acerca do desenvolvimento rural discute o modelo exógeno e a emergência da abordagem endógena nas áreas rurais. Neste debate surge a problematização em torno dos territórios e do papel fundamental da ruralidade e dos atores locais no processo dinamizador dos recursos endógenos, agrícolas e não agrícolas.

Segundo Lowe et al., (1995), o modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com processos de urbanização e industrialização. Isto é, enquanto o meio urbano seria o espaço por excelência das atividades econômicas dinâmicas, industriais e de serviços, ao meio rural cabia contribuir para a concretização do modelo, oferecendo alimentos e outros produtos primários. Neste processo o pólo dinâmico seriam as cidades, especialmente as que se transformariam em pólos regionais, deixando as áreas rurais restritas ao recorte setorial da agricultura (Mior, 2005, p. 38).

Merecem destaque, na análise que Mior faz desse grupo de formulações, autores como Abramovay (1999), Veiga (1997), Lowe et al. (1995, 1998) e Saraceno (1994). Esta última autora destaca-se por propor uma análise conjunta das áreas rurais e não rurais, mostrando que devido à grande integração entre rural e urbano, há a necessidade de se usar conceitos mais abrangentes que dêem conta de ambos. Ademais, é forçoso considerar que as áreas rurais e as economias locais não estão se reproduzindo de maneira isolada, mas sim formando uma economia integrada. Segundo Mior, “a principal contribuição de Saraceno foi trazer para o centro da investigação a análise territorial do desenvolvimento rural” (2005, p. 41).

O autor ressalta ainda que essas teorias de desenvolvimento local aproximam-se bastante das políticas públicas e projetos de desenvolvimento rural, e que o modelo exógeno, ou de desenvolvimento agrícola, considera as instituições locais como simples executoras das ações. Já pela abordagem endógena, ou de desenvolvimento rural, organizações e instituições locais assumem papel de destaque no desenrolar desses projetos e políticas. Ele salienta, contudo, os riscos ao idealizar o local como único possuidor de aspectos desejáveis para o desenvolvimento rural.

As abordagens endógenas passam assim a ver o espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento como de experiências e motivações para a ação, visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos e/

ou interesses contraditórios neste espaço. Esta idealização do local como portador de um conhecimento puro é contestada por Guivant (1997), que aponta a necessidade de considerar a heterogeneidade de conhecimentos presentes no local como base para a construção de uma agricultura mais sustentável (Mior, 2005, p. 42).

Por fim, o quarto grupo de formulações focaliza a agricultura e suas relações com outros setores econômicos, tendo como norteadores as noções de cadeia produtiva, *cluster* e distrito industrial. Segundo o autor, Kageyama et al. (1987) propuseram que a agricultura passou a integrar o “complexo agroindustrial” ao se especializar e intensificar suas relações técnico-produtivas e comerciais com os setores a montante – de insumos –, e a jusante – processadores e transformadores de seus produtos. A origem deste termo estaria no conceito de *agribusiness*, formulado nos Estados Unidos e que por aqui foi e é, equivocadamente, utilizado como “agronegócio”. A cadeia produtiva é uma variante do complexo agroindustrial, e é mais aplicada nas relações entre a agricultura e os setores econômicos adjacentes, sempre para um produto específico como o milho, algodão, soja, aves, suínos, cana, etc. Este conceito tem sido muito difundido pelas agências governamentais e instituições de pesquisa brasileiras, especialmente nos trabalhos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e por entidades representativas das cadeias produtivas de *commodities*.

Enquanto nos estudos socioeconômicos a idéia da cadeia produtiva tinha o intuito de mostrar como a dinâmica da agricultura era cada vez mais determinada por atores econômicos presentes nos setores industriais, na pesquisa agropecuária e extensão rural a idéia era visualizar possíveis gargalos tecnológicos e organizacionais passíveis de ação por parte destas instituições (Mior, 2005, p. 46).

Pelo exposto, revela-se a evidente complexidade em se abordar o desenvolvimento das ruralidades, uma vez que estas não são desconexas do meio urbano, e nelas há muitas atividades sendo desenvolvidas em diversos âmbitos por atores institucionalizados nas variadas esferas administrativas

ou por agências não governamentais, agrupados formalmente ou não e sob inúmeros propósitos semelhantes, distintos e algumas vezes até contraditórios. Assim como Kageyama salientou,

a análise do desenvolvimento rural deve contemplar, portanto, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é nesse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola (2008, p. 72).

Ademais, importa considerar que nas novas abordagens, o desenvolvimento rural pode ser entendido como uma confluência entre: a) a dimensão social, expressa nas condições dignas de vida; b) a dimensão econômica, evidenciada pelo fortalecimento e estabilidade da renda familiar; c) a dimensão ambiental com a produção dos benefícios públicos calcados na multifuncionalidade; d) a dimensão política e cultural, com o exercício pleno das liberdades individuais; e) a reprodução dos modos de vida tradicionais e f) na integração das dimensões social e econômica, em que a pluriatividade se mostra como relevante estratégia para a reprodução das famílias rurais.

Mesmo tendo reconhecido o papel dos agricultores familiares e camponeses, a diversidade de atividades empreendidas e a amplitude de serviços públicos que o meio rural promove nos territórios, as teorias contemporâneas de desenvolvimento rural ainda se apegam ao velho e ultrapassado termo *desenvolvimento* para designar práticas e políticas que já não são mais restritas, localizadas e homogeneizadoras conforme este termo propõe historicamente. Ou seja, há avanços sob o ponto de vista analítico, contudo há ainda que se avançar em relação aos termos que denominam tais processos.

O desenvolvimento ainda parece estar longe de provar que é o termo mais condizente para indicar progresso real e amplo para as sociedades, sobretudo as mais pobres e as rurais. O corolário de contradições e desigualdades trazidos no bojo das políticas desenvolvimentistas às populações pobres é mais significativo e impactante do que os benefícios gerados sob o seu

mito. Designar pelo nome de envolvimento o processo em que as relações são comprovadamente caracterizadas por envolver seus atores em múltiplas dimensões e onde esses atores podem ser os protagonistas de uma outra via de progresso social, econômico e político mostra-se com maior pertinência na representação dos fatos.

Por isso, as *velhas roupagens* do termo desenvolvimento não se mostram mais válidas para analisar e interpretar práticas tão promissoras como as do envolvimento em que as famílias agricultoras protagonizam maneiras próprias de se reproduzir e conviver. Faz-se necessário, portanto, classificar o novo olhar sobre a ruralidade e sobre os atores proposital e historicamente esquecidos pela ciência e pela política, os quais são hoje protagonistas de um silencioso despertar, com uma *nova roupagem* em que a principal característica que o define, o envolvimento, seja coerentemente ressaltado e levado em consideração.

Conclusão

O mundo rural brasileiro passou por transformações diversas nas últimas cinco décadas, e as disciplinas acadêmicas que procuram discutir e interpretar essa dinâmica, também se modificaram e se renovaram. Novas abordagens analíticas procuraram dar conta das interações entre rural e urbano, bem como dos diversos estilos de se fazer agricultura praticados no campo. A valorização das outras funções que a ruralidade desempenha para além da produção agrícola foi identificada e amplamente debatida, bem como a inserção dos rurais em atividades econômicas não agrícolas. O campesinato e a agricultura familiar passaram a ocupar de maneira significativa a agenda de pesquisas e de políticas públicas, bem como tiveram seu protagonismo reconhecido na dinamização territorial.

O mito do desenvolvimento, no entanto, é tão enraizado nas análises e políticas propostas, que as abordagens, não obstante a renovação do enfoque, ainda mantêm as velhas roupagens ideológicas do século passado.

O conceito tido como *desenvolvimento agrícola* foi pertinente ao processo da modernização e aos propósitos que ela propôs, representados pela mercantilização, homogeneização e uniformização dos sistemas produtivos, de consumo e da vida. A concentração da terra e do capital, a exclusão social e os impactos degradantes ao ambiente, aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrícola, são os sinais de que a modernização obteve êxito em seus objetivos.

Já o *desenvolvimento rural*, como uma percepção da multifuncionalidade, da pluriatividade e da diversidade endógena sob a égide da agricultura familiar e camponesa nos territórios, mostra-se incoerente, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. A superação do estritamente agrícola pelo enfoque no rural foi um avanço, contudo a continuidade em se utilizar o termo *desenvolvimento* limitou a abordagem. O conceito de desenvolvimento foi carregado de promessas de melhorias em termos gerais, porém o *des-envolvimento* que ele gerou, desagregando comunidades entre si e com os ecossistemas, desarticulando processos ecológicos e econômicos, desordenando as economias socioculturais e reforçando as desigualdades sociais, confirmam seu mitismo e sua impertinência. Assim, ao se entender esse processo como *envolvimento rural*, busca-se mais pertinência e coerência com a prática camponesa e familiar na agricultura, seu dinamismo e diversidade de estratégias. Esses atores têm no seu modo de vida o fruto de uma coevolução social sincrônica com seus respectivos agroecossistemas. Além disso, a diversidade da agricultura familiar e camponesa e seus atributos reconhecidos recentemente como a preservação das paisagens, da arquitetura e dos costumes tradicionais, a contribuição para o equilíbrio ambiental e a produção de serviços ambientais públicos, bem como as inúmeras possibilidades de turismo e lazer no meio rural, só podem ser aceitas como elementos que perfazem um processo em que o envolvimento é central, e não o *des-envolvimento*.

Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro: Ipea, n. 702, jan. 2000.

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. *Revista Sociedade e Estado*, vol. X, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 1995.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

D'ANGELIS FILHO, J. S. *Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal*. 2005. Dissertação (Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável) – Universidad Católica de Temuco, Temuco, Chile, 2005.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Noções Básicas de Cartografia*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. *Censo Demográfico 2000-2010*.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Brasília, set. 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

MELO, M. M. *Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

NADALETO, C. E. S. *O setor sucroalcooleiro moderno e suas raízes coloniais propagando-se no campo ideológico do desenvolvimento sustentável*. 2008. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, [on-line], vol. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>.

NORDER, L. A. C. A diversidade no desenvolvimento rural. In: CHAIA, V.; MACHADO, E. (Orgs.). *Ciências sociais na atualidade: tempo e perspectiva*. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *Ambiente & Sociedade*, [on-line], ano II, n. 5, p. 241-244, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200021&script=sci_arttext>.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.

WEHRMANN, M.; DUARTE, L. *O modelo de desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Brasília. [2002]. Texto recebido por claudaleta@yahoo.com.br em 8 mar. 2007.

Recebido em: 10/4/2012

Acceto em: 2/7/2013